

MARIA RAQUEL FREIRE  
DANIELA NASCIMENTO  
(COORDS.)

# UNIÃO EUROPEIA COMO ATOR INTERNACIONAL

PAZ E SEGURANÇA  
NAS NARRATIVAS  
E PRÁTICAS

Este volume analisa a União Europeia como ator internacional, focando na sua atuação na área da paz e da segurança. Num contexto internacional onde os desafios à paz e segurança são diversos, incluindo o atual contexto de guerra na Ucrânia, este volume contextualiza teoricamente a UE nos estudos de paz e segurança, trabalha a dimensão institucional, e interpreta as narrativas e políticas aqui implicadas. Um conjunto de estudos de caso ilustrativos procurarão refletir sobre as dinâmicas de paz e segurança no quadro da UE e das suas ações/intervenções, como por exemplo na Parceria a Leste ou nas relações com a Rússia, e em contextos como o de crescente desinformação ou através da sua presença numa missão no terreno.



I N V E S T I G A Ç Ã O



**EDIÇÃO**

Imprensa da Universidade de Coimbra  
Email: [imprensauc@ci.uc.pt](mailto:imprensauc@ci.uc.pt)  
URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)  
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

**COORDENAÇÃO EDITORIAL**

Imprensa da Universidade de Coimbra

**IMAGEM DA CAPA**

Call Me Fred - Unsplash

**DESIGN DA CAPA**

Pedro Matias

**PRÉ-IMPRESSÃO**

João Diogo

**EXECUÇÃO GRÁFICA**

KDP

**ISBN**

978-989-26-2315-3

**ISBN DIGITAL**

978-989-26-2316-0

**DOI**

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-2316-0>



**CENTRO DE EXCELÊNCIA JEAN MONNET**  
**JEAN MONNET CENTRE OF EXCELLENCE**

Este trabalho de investigação foi desenvolvido no âmbito do Centro de Excelência Jean Monnet PRONE - Peace Relations, Ontologies and Narratives in Europe: EU and its Eastern Neighbours, 611269-EPP-1-2019-1-PT-EPPJMO-CoE, Universidade de Coimbra.

Co-funded by the  
Erasmus+ Programme  
of the European Union



O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um aval do seu conteúdo, que reflete unicamente o ponto de vista dos autores, e a Comissão não pode ser considerada responsável por eventuais utilizações que possam ser feitas com as informações nela contidas.

MARIA RAQUEL FREIRE  
DANIELA NASCIMENTO  
(COORDS.)

# UNIÃO EUROPEIA COMO ATOR INTERNACIONAL

PAZ E SEGURANÇA  
NAS NARRATIVAS  
E PRÁTICAS

COMISSÃO CIENTÍFICA

Luís Bonixe  
Instituto Politécnico de Portalegre

Miguel Midões  
Universidade de Coimbra / Instituto Politécnico de Viseu

Madalena Oliveira  
Universidade do Minho

Ana Isabel Reis  
Universidade do Porto

## SUMÁRIO

Prefácio.....	7
<i>Luís Lobo Fernandes</i>	
Introdução:	
União Europeia como Ator Internacional: Narrativas e Práticas .....	11
<i>Maria Raquel Freire e Daniela Nascimento</i>	
A União Europeia como Ator de Paz e Segurança: Dos Debates Concetuais à Prática .....	23
<i>Paula Duarte Lopes e Daniela Nascimento</i>	
Para Além do Óbvio: Os Atores Institucionais da UE no Ciclo Político da PESC.....	57
<i>Isabel Camisão e Ana Paula Brandão</i>	
Um Mundo em Crise: As Políticas de Segurança e Defesa da UE em Evolução .....	103
<i>Licinia Simão</i>	
Da Estratégia à Prática: Construção da Narrativa e Ação Política da UE.....	127
<i>Alexandre Sousa Carvalho, Maria Raquel Freire, Clara Keating</i>	
Intervenção e Soberania: Especificidades da Ordem Internacional Contemporânea .....	163
<i>Teresa Almeida Cravo, Paulo Rupino da Cunha, Bernardo Fazendeiro</i>	

Estudos de caso .....	197
A Construção de Paz e Segurança na Vizinhança Europeia: O caso da Parceria Oriental .....	199
<i>Vanda Amaro Dias</i>	
A UE e a Rússia no Século XXI: Parceiros ou Adversários? .....	225
<i>Sónia Sénica</i>	
A Desinformação pelos Olhos e Mãos da UE: Desconstruindo e Interligando Narrativas e Práticas Digitais de (In)Segurança.....	249
<i>Sofia José Santos e Tiago Lapa</i>	
A Arquitetura Espacial Europeia: Uma Constelação Pós-moderna de Segurança e Defesa.....	289
<i>Sarah da Mota</i>	
A UE, as Missões Internacionais no Haiti e os Obstáculos para a Paz. 317	
<i>Renata Cabral de Sá Porto Barbosa</i>	
Conclusão: A UE como Ator de Paz e Segurança: Para Onde? .....	335
<i>Maria Raquel Freire</i>	

**DA ESTRATÉGIA À PRÁTICA: CONSTRUÇÃO  
DA NARRATIVA E AÇÃO POLÍTICA DA UE**  
FROM STRATEGY TO PRACTICE: BUILDING  
THE EU NARRATIVE AND POLITICAL ACTION

**Clara Keating**

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais,  
Faculdade de Letras  
<https://orcid.org/0000-0002-8211-7709>  
[maria.keating@uc.pt](mailto:maria.keating@uc.pt)

**Alexandre Sousa Carvalho**

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais  
ORCID <https://orcid.org/0000-0002-9096-393X>  
[uc43604@uc.pt](mailto:uc43604@uc.pt)

**Maria Raquel Freire**

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais,  
Faculdade de Economia  
<https://orcid.org/0000-0003-2952-6017>  
[rfreire@fe.uc.pt](mailto:rfreire@fe.uc.pt)

**Resumo:** Este capítulo analisa o papel da narrativa na construção discursiva de um ator – a União Europeia (UE) – e na forma como esta acompanha o desenvolvimento da UE nas suas expressões internas e externas. No capítulo analisamos a dimensão de segurança com enfoque na Estratégia Europeia de Segurança de 2003, na Estratégia Global da União Europeia

para a Política Externa e de Segurança de 2016, e na Bússola Estratégica de 2022, manifesta nos documentos enquadradores que pretendem consolidar o posicionamento estratégico da UE em termos de segurança, assim como a narrativa relativa ao período da crise financeira que se iniciou em 2008, o modo como esta foi sendo ajustada e o tipo de mensagens e interpretações que implicou. Este olhar crítico sobre a(s) narrativa(s) pretende uma análise mais incisiva sobre a sua implicação nas estratégias e ação política da União nestas matérias, identificando pontos de convergência e desalinhamentos, bem como olhando o modo como as narrativas dominantes procuram legitimar determinadas decisões e opções, contribuindo assim para a construção de uma determinada imagem do ator.

**Palavras-Chave:** Narrativa, Segurança, Economia, Crise, União Europeia

**Abstract:** This chapter analyses the narrative in the discursive construction of the European Union (EU), which will be unpacked in the way this narrative follows the development of the EU in its internal and external expressions. In the chapter we analyze the security dimension with a focus on the European Security Strategy of 2003, the Global Strategy of the European Union for Foreign and Security Policy of 2016, and the Strategic Compass of 2022, framework documents that aim to consolidate the EU's strategic positioning in terms of security; and the narrative relating to the period of the financial crisis that began in 2008, and how it was adjusted and what kind of messages and interpretations it implied. This critical look at the narrative(s) aims at a more incisive analysis of the way in which they imply the strategies and political action of the Union in these matters, identifying points of convergence and misalignments, as well as

looking at the dominant narratives, and the way they seek to legitimize certain decisions and options, thus contributing to the construction of a certain image of this actor.

**Keywords:** Narrative, Security, Economics, Crisis, European Union

## **Introdução**

Este capítulo analisa a dimensão da narrativa na construção discursiva do ator União Europeia (UE), no desenvolvimento desta em matéria de segurança e face à crise financeira, nas suas expressões internas e externas. Entendemos que a dimensão intersubjetiva associada ao processo de construção de narrativas, envolvendo elementos materiais e ideacionais, nos ajuda a melhor compreender as dinâmicas associadas à crítica habitual que é feita à UE relativamente ao distanciamento entre a dimensão discursiva da sua atuação e a dimensão de operacionalização de políticas. No capítulo analisamos a dimensão de segurança com enfoque na Estratégia Europeia de Segurança de 2003, na Estratégia Global da União Europeia para a Política Externa e de Segurança de 2016, e na Bússola Estratégica de 2022, documentos enquadradores e que pretendem consolidar o posicionamento estratégico da UE em termos de segurança; e a narrativa relativa ao período da crise financeira que se iniciou em 2008, de que modo esta foi sendo ajustada e que tipo de mensagens e interpretações implicou. A análise das dimensões de segurança e financeira, entendidas como dimensões que têm sido centrais ao próprio processo de consolidação do projeto europeu, permitem aferir como a construção e ajuste nas narrativas molda as leituras sobre este ator. Na análise da UE sabemos que o debate sobre a arquitetura institucional e de decisão multinível está sempre muito presente, contudo, neste capítulo centramos a nossa análise sobre-

tudo na narrativa construída ao nível da UE, pontuando quando necessário com exemplos dos Estados Membros.

Este olhar crítico que propomos sobre a(s) narrativa(s) pretende uma análise mais incisiva sobre o modo como estas implicam nas estratégias e ação política da União em matéria securitária e no contexto da crise financeira, identificando pontos de convergência e desalinhamentos, bem como olhando as narrativas dominantes, e o modo como procuram legitimar determinadas decisões e opções, e desse modo, contribuir para a construção de uma determinada imagem do ator UE.

O capítulo começa por discutir e analisar o que entendemos por narrativas, como estas são construídas e ajustadas, e para que fins. Esta análise crítica do papel das narrativas será ilustrada no estudo dos documentos enquadradores da estratégia de segurança europeia, bem como nos discursos associados à crise financeira, particularmente entre 2008 e 2015. Este olhar discursivo crítico para as dinâmicas narrativas e para o modo como estas parecem impactar nos discursos políticos e nas representações dos atores sociais envolvidos, é fundamental para compreendermos a própria evolução da UE enquanto ator internacional.

## **Narrativas: o ato de contar histórias**

Por alguns considerado como intrínseca da própria vida e sociabilidade ou uma das principais dinâmicas de organização de tempo na espécie humana (de Fina & Johnstone, 2015, 157; Barthes, 1975, 237; Abbott, 2002, 3 apud Forchtner, 2021b, 315), o ato de contar histórias – de as dizer, partilhar, transmitir, negociar, co-construir e forjar em contextos vários – é uma dinâmica que configura os limites simbólicos de pessoas, grupos e sociedades. Seja na conversa quotidiana ou na comunicação política (entre tantos outros contex-

tos), as narrativas organizam o caos pois identificam, selecionam, montam e articulam acontecimentos numa ordem possível – temporal e/ou causal – que permite a participantes abarcar realidades fragmentadas e partes do mundo num ‘todo inteligível’ (Ricoeur, 1990; Förchtner, 2021). Ao fazê-lo, criam conhecimento e dão sentido a acontecimentos no tempo, no espaço, na pessoa, posicionando-os, dando-lhes perspectiva, modelando-os, e arrumando-os em categorias.

A natureza simultaneamente epistemológica e ontológica das narrativas ultrapassa a mera dimensão representacional: elas funcionam como dispositivos que agem na interação humana e não-humana e forjam percepções de si, dos outros e da realidade, por isso mesmo, intrinsecamente constitutivas de identidades sociais. Em primeiro lugar, a articulação do mundo pela narrativa age e insinua-se nos afetos e nas emoções, na empatia de quem conta ou ouve histórias, produzindo momentos de ‘suspensão da descrença’ sobre a representação do mundo narrado, seja ele ficcional ou não. Em segundo lugar, a própria forma e consistência interna da narrativa – aquela em que ‘se ligam os pontos’, e logo os tempos, os espaços, as personagens, os enredos – é forjada e co-construída em atividades concretas, pois não há histórias sem contadores, sem públicos, nem sem fins para os quais elas se destinam. Da articulação destes três aspetos – ‘suspensão de descrença’, articulação de acontecimentos em linhas de coesão e coerência, e princípios de cooperação entre locutores que os impele a assumir a verdade de uma história – surge o imenso potencial de persuasão e manipulação de qualquer narrativa, tornando-a um instrumento poderosíssimo que se projeta na performatividade das ações e atividades humanas, com efeitos sociais e políticos concretos da maior relevância.

As narrativas constituem-se como um objeto amplo de estudo que cruza campos disciplinares distintos, desde a história e a historiografia, os estudos literários e culturais, a narratologia, os estudos sociais e da antropologia, os estudos linguísticos, sociolinguísticos

e do discurso, entre outros. Não cabe aqui fazer uma revisão profunda desta literatura, antes identificar um ângulo que nos permita iluminar as dinâmicas que estão em jogo quando focamos no modo como, nos textos analisados, a UE se constrói como ator social ao longo do tempo, em processos dinâmicos de constituição de factos, conceitos e perspetivas sobre segurança europeia, bem como à luz das alterações das representações sobre o que constitui espaço europeu motivadas pela crise financeira, entre 2008 e 2015. Dada a natureza macro dos atores sociais envolvidos, e do tipo de material recolhido (na sua maioria textos documentais sobre segurança e a crise financeira), optámos por adotar um olhar discursivo crítico para a inscrição das dinâmicas narrativas nos textos, e para o modo como estas parecem impactar nos discursos políticos e nas representações dos atores sociais envolvidos. Fossem os objetos de análise outros, outros aspetos da narrativa teriam de ser convocados.

Um olhar sobre as narrativas nos estudos críticos do discurso permite-nos identificar, com Förchtner (2021) e Riessman (2008), três focos distintos de atenção. Um primeiro, que identifica as narrativas como modos de representação de acontecimentos, mundos e personagens ancorados nas dinâmicas de articulação desses acontecimentos a partir de linhas temporais ou causais, com vista à criação de um sentido, um ‘todo inteligível’ de natureza temática e ideacional (ou representacional).

Um segundo, de natureza estrutural, formal, narratológica, atenta nas tipologias narrativas (conforme os tempos, espaços, personagens, narradores, narratários) ou nos processamentos textuais cujas dinâmicas de coesão e coerência seguem sequências formal e estruturalmente próprias (ver, por exemplo, como a estrutura das narrativas orais proposta por Labov & Waletzky (1967) nos ajuda a identificar elementos constituintes de sequências narrativas: o resumo, a orientação, a complicação e resolução, a avaliação, a moral da história). Partindo de uma perspetiva linguística que assume que

as narrativas encerram uma textualidade que as faz diferir de outros tipos textuais (como o argumentativo, o descritivo, o explanatório, o instrutório, por exemplo), Martin Reisigl propõe um detalhado quadro conceitual que permite analisar como determinadas escolhas e padrões linguístico-verbais e semióticos, não só representam como *despoletam ações*, situam-nas em tempo e espaço (*historicizam*), levam a assumir conjuntos de verdades (ou *possibilidades de ficção*), posicionam eventos e identidades de atores sociais (*subjetivizam*), propiciando certos e determinados ângulos e perspectivas sobre o mundo narrado, sempre parciais (Reisigl, 2021). Seguimos, neste capítulo e de forma muito parcial, algumas dinâmicas temáticas da *subjetivação*: ou seja, face ao tema da segurança e aos discursos sobre a crise financeira, os textos analisados não só revelam marcas dos lugares que suscitaram a sua produção, como algumas das escolhas textuais apontam para as dinâmicas fluidas de modelação e posicionamento do ator social UE e as suas possibilidades de ação nos contextos históricos e políticos concretos.

Do nosso ponto de vista, interessa-nos recorrer ainda a uma terceira perspectiva, de teor mais dialógico-performativo (Riessman, 2008), que entende as narrativas como práticas e formas de interação social cujos fragmentos circulam através de espaços comunicativos distintos, configurando e constituindo modos de dizer, ser, estar e conhecer. Este enfoque interacional e dinâmico permite abarcar a ideia de que narrativas são atos sociais em intrínseca interação com públicos concretos, em que participantes juntos constroem conhecimentos e identidades sociais num aqui e agora que se incorpora no presente, evoca passados e projeta futuros. Nesse sentido, por exemplo, uma abordagem histórico-discursiva sobre um dado tema permite identificar, a partir de um mesmo acontecimento no presente, como atores diferentes estabelecem trajetórias entre pontos distintos no passado, e assim constroem cronologias e relações causais, logo, narrativas históricas que entram em concorrência

entre si, com efeitos concretos na produção de formas de pensar e agir, identidades e modos de regulação social e política (Wodak & Meyer, 2016; Förchtner, 2021).

O entendimento de narrativas como práticas sociais situadas permite-nos perceber o que estas fazem num dado tempo e lugar, como circulam e se re-contextualizam. Esta dinâmica ajuda a identificar processos que normalizam, reconfiguram, distanciam ou mesmo excluem (silenciam ou fazem esquecer) representações, saberes ou identidades. Seguir os passos de recontextualização de certos elementos (ou fragmentos) das histórias através de espaços da sua produção numa linha temporal permite tornar explícito o poder da narrativa no trabalho de legitimação ou deslegitimação de realidades ou identidades. Não é por acaso que Theo van Leeuwen identifica a narrativa como um dos instrumentos fundamentais da legitimação pelo discurso (entre outros, tais como a autorização, a avaliação moral ou a racionalização), que ele denomina de *mythopoesis*, ou seja, “legitimação comunicada através de narrativas, cujas resoluções recompensam ou castigam ações legítimas” (nossa tradução, van Leeuwen, 2007, 92). Assim, ao identificar um problema, a sua resolução e a avaliação moral que dela surge, a própria estrutura narrativa afirma uma possível verdade e explica o papel dos atores na sua construção.

Os efeitos destas dinâmicas são naturalmente relevantes quando se pretende analisar narrativas políticas e formas de realidade política. Em primeiro lugar, narrativas políticas: uma narrativa é política quando emana de atores políticos, se foca em temas e eventos políticos, surge como uma articulação de verdade com impactos políticos, ou seja, se constitui ao longo da ação e da vida políticas. Em segundo lugar, a “realidade” de uma realidade política parece depender do modo como os factos narrados se ancoram em valores de verdade, questionando-nos até que ponto uma realidade política pode ser narrada de forma fiel - e no que

consiste essa fidelidade (Shenhav, 2006, 247-250). Respostas a estas questões não só reiteram debates clássicos que regressam à relação entre linguagem e realidade - elas apontam para o poder representacional e não representacional da linguagem, que, para além de nomear e reconhecer - ou excluir e silenciar realidades - age na ação política, contribuindo com a sua própria materialidade para a configuração dessa mesma ação. Nas próximas secções ilustramos estas dinâmicas, primeiro olhando para a construção da narrativa de segurança e de seguida para as dinâmicas discursivas da crise financeira.

### **Estratégia de Segurança de 2003, Estratégia Global de 2016 e Bússola Estratégica de 2022: a construção da narrativa de segurança**

A dimensão de segurança tem estado presente na narrativa comunitária desde os primeiros momentos de desenvolvimento do projeto europeu. No contexto pós-Segunda Guerra Mundial, a ideia de integração económica que subjaz a este projeto avança sustentada no pressuposto de que a Europa precisa de paz e segurança. E assim, a ideia de segurança está associada às Comunidades Europeias desde cedo, apesar de em termos institucionais e operacionais o seu desenvolvimento ter vindo a encontrar vários obstáculos. No entanto, o que é relevante aqui é perceber de que modo, na sua narrativa, a UE foi construindo um entendimento de segurança e como este se projeta na sua atuação como ator de segurança. Para este efeito analisamos três documentos estruturantes deste domínio de atuação, nomeadamente a *Estratégia Europeia em Matéria de Segurança* de 2003, a *Estratégia Global da União Europeia para a Política Externa e de Segurança* de 2016, e a *Bússola Estratégica para a Segurança e a Defesa* de 2022.

A dimensão normativa e orientada para um conjunto de valores fundamentais, como princípios democráticos e liberdades fundamentais, tem estado muito presente na narrativa europeia. As referências à “potência normativa” como concetualizada por Ian Manners (2002) implicam princípios e normas partilhados e refletidos no *acquis communautaire*, incluindo a centralidade da paz, liberdade, democracia, estado de direito, e direitos humanos. De acordo com Manners, quatro outros elementos devem ainda ser destacados neste alinhamento normativo: solidariedade social, anti-discriminação, desenvolvimento sustentável e boa governação. A ideia de base é a de que são estes princípios normativos que distinguem a UE de outros atores e que, de algum modo, guiam a sua atuação. O contexto histórico em que as Comunidades Europeias emergem, a própria institucionalização da integração europeia e os Tratados procuram definir o que a UE é, independentemente daquilo que a UE faz, refletindo potencial para mudança.

Esta ideia da potência normativa como definidora deste ator tem sido contestada, implicando uma leitura de imposição de formas de entender e fazer, na expressão externa destes princípios. A difusão dos princípios normativos tem sido considerada, por alguns, parte de uma narrativa dominante liderada por estes valores liberais ocidentais que tem acompanhado o desenvolvimento da própria UE. A forma como define uma identidade particular onde a União é entendida como potencialmente uma força positiva nas relações internacionais, tem gerado ainda críticas de eurocentrismo (Diez, 2013). Ainda assim, estes têm sido os princípios constitutivos do projeto europeu, e sucessivamente firmados em documentos institucionais. Isto significa que, também no domínio da segurança, estes valores constitutivos do projeto europeu são sucessivamente sublinhados como parte integrante do desenvolvimento institucional e de políticas. Relativamente à Estratégia Europeia de Segurança

de 2003, o primeiro documento oficial e abrangente a avançar uma estratégia de segurança, Javier Solana escrevia

Pela primeira vez, a União Europeia chegou a acordo quanto a uma avaliação comum da ameaça e estabeleceu objetivos claros para promover os seus interesses em matéria de segurança, com base naqueles que são os seus valores fundamentais. (Solana, 2009)

Assim, a narrativa de segurança europeia não pode ser descolada da narrativa identitária que a acompanha. Os documentos estratégicos de segurança aqui em análise são reflexo desta autoidentificação, bem como do contexto em que são produzidos. Mälksoo (2016, 376-7) argumenta mesmo que estes documentos são exercícios de ordenamento do mundo onde o modo como a UE se define como ator de segurança revela a necessidade de contar uma história particular acerca do seu posicionamento e contributo para os assuntos internacionais. Revelam ainda, em nosso entender, um exercício autorreflexivo e de algum modo reativo.

A Estratégia Europeia de Segurança de 2003 (EES, 2003) é um documento que procura definir os critérios para as decisões sobre o papel da UE em matéria de segurança, face à enumeração de ameaças comuns. A referência a estados pária e à necessidade de reintegração destes no sistema internacional, bem como a preocupação com a proliferação de armas de destruição massiva, demonstram como a UE necessita de desenvolver uma cultura estratégica que permita intervenções antecipadas, rápidas e, se necessário, robustas. Este documento é aprovado no contexto pós-11 de setembro de 2001, estando claramente marcado pela preocupação com o terrorismo islâmico, redes criminosas transnacionais e questões de controlo de armamento. A agenda revela a identificação clara de ameaças,

bem como avança com potenciais respostas às mesmas. Daqui decorre a identificação de um conjunto de instrumentos necessários para acompanhar a ação externa da UE, quer ao nível de recursos civis quer de poder material, acompanhados de capacidade de coordenação intergovernamental. Além do mais, o desenvolvimento de parcerias estratégicas com países como a Rússia, Japão, China, Canadá e Índia, é identificado como central à estratégia de consolidação da presença da UE como ator relevante no combate a estas ameaças (Bailes, 2005, 1).

A narrativa é marcada pela identificação de ameaças, muito informadas pelos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, e pelo mapeamento de potenciais respostas a estas, quer através do desenvolvimento de capacidades internas – em estreita coordenação com os Estados Membros –, quer de articulação externa com parceiros estratégicos que permitam uma maior abrangência da presença da União na produção de segurança internacional. Com base nos seus valores e princípios constitutivos, a UE pretende afirmar-se como ator de segurança e, através deste documento clarificar o seu posicionamento para uma audiência alargada, quer para o exterior quer nos seus Estados Membros, demonstrando capacidade de alinhamento em matéria securitária. O modelo de atração normativa é expandido, o que é visível na política de alargamento e na criação da Política Europeia de Vizinhança, por exemplo, procurando aproximar ‘outros’ destes princípios e desta visão de segurança.

A Estratégia Global da União Europeia para a Política Externa e de Segurança de 2016 reformula a abordagem no sentido de promover ‘resiliência’ como forma de desenvolvimento e emancipação local, em vez da ‘diplomacia transformativa’ mais tradicionalmente associada aos projetos de cooperação. Esta última revelou-se muito limitada e trouxe um conjunto de críticas relativas a práticas impositivas e de imitação, não necessariamente respeitadoras de

vontades locais. Uma tendência mais recente e que decorre desta alteração na narrativa é o facto da atuação da UE se estar a tornar mais técnica (baseada em projetos) e menos política, perdendo assim a conotação menos positiva associada à ideia de imposição de esquemas de governação (Schumacher, 2015). Deste modo, a Estratégia Global traz um novo conceito, o de “pragmatismo de princípios” (*principled pragmatism*), que procura ajustar a narrativa a um contexto diferenciado. Este conceito aponta para uma visão pragmática do mundo e das relações internacionais, como estas são e não como deveriam ser, e para a questão dos princípios, uma vez que, mesmo reconhecendo a existência de diferentes modelos, as normas e princípios do direito internacional devem ser a referência a seguir (Estratégia Global, 2016).

Neste documento a narrativa é claramente modificada. O contexto é muito diferente, com a guerra na Geórgia em 2008 a trazer violência para a área de vizinhança da UE e a sublinhar instabilidade no espaço pós-soviético e nas relações com a Rússia, com impacto claro na segurança europeia. A guerra na Ucrânia e a anexação da Crimeia em 2014 adensam as preocupações, marcadas pela violação do regime de fronteiras na Europa por parte de Moscovo, contribuindo para que o documento claramente assumo o papel da UE como ator de segurança, respaldado numa narrativa mais firme. O contexto mais global, além da tensão nas relações com a Rússia, está marcado pelo *Brexit* e pelos fluxos migratórios dos últimos anos, que adensam os sentimentos de insegurança e instabilidade dentro do espaço europeu. Deste modo, o documento tem uma orientação de segurança mais vincada, avançando com uma leitura abrangente desta, sublinhando os temas da defesa, e posicionando a UE como um ator com capacidade de atuação global (Mälksoo, 2016, 376). Nas palavras do documento, esta leitura resulta de uma avaliação realista do ambiente estratégico, bem como de uma aspiração idealista em avançar no sentido de um mundo melhor (Estratégia Global, 2016,

16). A narrativa de segurança está ancorada no entendimento de que a UE será tão mais segura quanto a sua vizinhança seja também segura, bem como na interligação próxima da segurança interna e externa (Estratégia Global, 2016, 14). A ideia de resiliência que marca a narrativa advém do contexto adverso e da vontade da UE em se afirmar como um ator global.

A alteração na narrativa relativamente à Rússia e como estas relações são fundamentais na definição da segurança europeia pode aqui ser destacada como ilustrativa. De facto, a mudança na narrativa sobre a Rússia da Estratégia de 2003 para o documento de segurança de 2016 é abissal: das referências positivas à Rússia como parceira e à necessidade de coordenar esforços com Moscovo e outros atores internacionais, bem como continuar a trabalhar em estreita colaboração com a Rússia em vários tópicos, a narrativa foi enquadrada genericamente em termos negativos. O documento acompanha o retrocesso de 2014 nas relações entre a UE e a Rússia e a nova narrativa do “outro como ameaça” que tem acompanhado a evolução das relações (Freire, 2020). Expressões como “a violação do direito internacional pela Rússia e a desestabilização da Ucrânia” e que “analisar a relação com a Rússia representa um desafio estratégico fundamental” (Estratégia Global, 2016, 33) são ilustrativas. A interdependência das relações UE-Rússia é, no entanto, reconhecida, quando é referido que é importante envolver a Rússia para discutir divergências e cooperar se e quando os interesses se sobrepõem, o que revela um apelo positivo, ainda que limitado à manutenção de canais de diálogo em aberto (Estratégia Global, 2016, 33). Uma referência em linha com os cinco princípios definidos pelo Conselho em março de 2016 orientadores das relações da UE com a Rússia, nomeadamente: “(1) aplicação dos Acordos de Minsk sobre o conflito no leste da Ucrânia como condição essencial para qualquer alteração substancial da posição da UE em relação à Rússia; (2) reforço das relações com os parceiros orientais da UE e

outros países vizinhos, incluindo os da Ásia Central; (3) reforço da resiliência da UE (por exemplo, em matéria de segurança energética, ameaças híbridas ou comunicação estratégica); (4) diálogo seletivo com a Rússia sobre questões do interesse da UE; (5) necessidade de estabelecer contactos interpessoais e de apoiar a sociedade civil russa” (Parlamento Europeu, 2022).

A invasão da Ucrânia pela Rússia a 24 de fevereiro de 2022 veio alterar fundamentalmente o quadro estratégico das relações da UE com a Rússia, face ao entendimento dos líderes europeus desta ação como uma violação fundamental de princípios estruturantes da ordem internacional, tais como o regime de fronteiras e o princípio da integridade territorial dos Estados, bem como no domínio dos direitos e liberdades fundamentais com as consequências humanitárias associadas a esta guerra. A Bússola Estratégica para a Segurança e a Defesa, “Por uma União Europeia que protege os seus cidadãos, os seus valores e os seus interesses e contribui para a paz e a segurança internacionais”, aprovada a 21 de março de 2022, vai já refletir este contexto de enorme crispação entre a UE e a Rússia, entendida como estado revisionista e agressor. A narrativa é clara:

O regresso da guerra à Europa, com a agressão não provocada e injustificada da Rússia contra a Ucrânia, assim como as importantes mudanças geopolíticas, estão a pôr à prova a nossa capacidade para promover a nossa visão e defender os nossos interesses. (...) A União Europeia está mais unida do que nunca. Estamos empenhados em defender a ordem europeia de segurança. (...) O ambiente de segurança mais hostil obriga-nos a dar um salto decisivo em frente e a aumentar a nossa capacidade e vontade de agir, a reforçar a nossa resiliência e a garantir a solidariedade e assistência mútua. (Bússola Estratégica, 2022, 2)

Este documento, que se pretendia fundacional de uma UE geoestratégica, parece já obsoleto, ultrapassado pelos acontecimentos (Witney, 2022). De facto, a sua última revisão dá-se já num contexto pós-invasão da Ucrânia refletindo, por um lado o novo contexto estratégico, e afirmando a união dos países membros face à identificação de uma ameaça partilhada enquanto, por outro lado mostrando-se insuficiente na produção de uma visão estratégica de futuro, revelando a UE mais como um ator regional, do que como a potência global ambicionada (Blockmans, Crosson, Paikin, 2022). A segurança europeia está em processo de revisão, e a agenda fica marcada pelo compromisso com investimento em capacidades de defesa e novas tecnologias que permitam dotar a UE dos meios necessários à sua atuação como produtor de segurança. Organizada em torno de quatro eixos centrais - gestão de crises, resiliência, capacidades e parcerias - a Bússola Estratégica procura direcionar as políticas e as ações em matéria de segurança, sublinhando os princípios constitutivos da UE, reafirmando o seu papel num contexto e espaço geográfico específico, e posicionando este ator como produtor de segurança. Contudo, da narrativa à prática, o caminho continua a ser longo (Koenig, 2022).

A conceitualização da UE como ator de segurança foi evoluindo do primeiro documento estratégico de 2003 para a Estratégia Global de 2016, mostrando um entendimento mais afinado do papel da UE em matéria de segurança internacional, e em particular nas questões da segurança europeia, onde a Rússia assumiu um lugar de destaque. A Bússola Estratégica, aprovada em março de 2022, reflete já o contexto de enorme fratura entre a UE e a Rússia no quadro da guerra na Ucrânia. A narrativa do ator de segurança consolidou-se, numa lógica interna de reforço de capacidades, muito visível no último documento aprovado, e numa lógica externa de alinhamentos estratégicos, donde a Rússia foi excluída (por exemplo, o G8 regressou ao formato G7 tendo a Rússia sido convidada a sair do grupo, e

mais recentemente, após a invasão russa da Ucrânia, esta tem sido considerada um ator revisionista que novamente viola o regime de fronteiras na Europa e que se tornou uma ameaça fundamental à segurança europeia). O pragmatismo de princípios e a narrativa da resiliência demonstram também uma postura diferenciada, com a UE a procurar responder a críticas de ingerência, enquanto respondendo também à sua própria incapacidade de promover transformação, como visado pela “potência normativa”. Estes documentos fornecem um sentido à atuação da UE em termos de segurança e procuram conferir legitimidade à forma como a segurança é conceptualizada e operacionalizada. Os ajustes no tempo revelam uma modelação da narrativa que responde a diferentes audiências e procura concertar interesses distintos, enquanto redefinindo o posicionamento do ator UE no quadro de segurança europeu.

### **Crise financeira**

Se é verdade que a dimensão de segurança tem estado presente na narrativa comunitária desde os primeiros momentos de desenvolvimento do projeto europeu, não é menos verdade que, nas últimas décadas, diversas “crises” têm marcado e acompanhado o projeto europeu de forma permanente – ao ponto de podermos começar a contextualizar a sua evolução não apenas pelos seus feitos, mas pelos seus contextos de crise. Este processo não é, no entanto, exclusivamente europeu. Das “sociedades de risco” de Ulrich Beck (1992) aos “Estados de exceção” de Agamben (2004) - apenas para citar alguns - vários autores têm alertado que os nossos tempos têm sido marcados pela adoção de “medidas extraordinárias” com uma frequência que as tornam cada vez menos excepcionais ou extraordinárias. Como diz Agamben, estes momentos “extraordinários” passaram hoje a ser padrão de atuação dos Estados, e as “crises”

(ou riscos, como diria Beck) colonizaram a política quotidiana e tornaram-se mundanas e quase omnipresentes na sociedade.

Desde os anos 90 do século passado que o espaço que compõe o projeto europeu tem atravessado inúmeras crises com efeitos políticos e legais: do fim da Guerra Fria à reunificação alemã; da “crise das vacas loucas” às várias crises de sobreprodução; da crise do déficit democrático das instituições europeias às crises dos alargamentos da UE; das guerras à porta da UE (por exemplo, nos Balcãs) a crises de atentados terroristas em Madrid ou Londres; da crise de ratificação do Tratado Constitucional em 2005 ao Tratado de Lisboa em 2009, da “rara oportunidade política” (Thygesen, 2016) de implementar uma União Económica Monetária à crise económico-financeira de 2007 em diante.

Desde então, novas crises emergem e se acumulam. Em 2014 (e novamente em 2019), as eleições para o Parlamento Europeu reforçaram o peso de partidos populistas e eurocéticos, sobretudo partidos da direita-radical (Manucci, 2021). Em julho de 2015, o referendo grego que rejeitou as condições do “resgate” proposto pelas instituições europeias e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) marcou possivelmente o auge de uma crise multidimensional, que era simultaneamente financeira, bancária, das dívidas soberanas, monetária (da zona euro), e social e política, entre outras. Apenas dois meses depois desse referendo, a imagem do cadáver de Alan Kurdi (uma criança síria de 2 anos) que deu à costa mediterrânica da UE impôs-se como um grito de alerta para a política de acolhimento europeia na crise de refugiados que tinha, por esta altura, atingido o seu expoente máximo. Em 2016, o *Brexit* e a eleição de Trump causavam terremotos nas fundações do bloco europeu, obrigando este último a duvidar do seu posicionamento político e a sua diplomacia económica e comercial a ponto de, em 2019, Macron anunciar a “morte cerebral” (DN, 2019) da Aliança Atlântica. Em 2020 a UE, tal como o resto do mundo, viu-se a braços com uma

crise pandémica e em 2022 o cenário de uma guerra à sua porta regressa, e traz com ela, a ameaça nuclear.

Mas não é apenas o cenário de crise e o seu respetivo estado de exceção que assume “a forma legal de aquilo que não pode ter forma legal”, parafraseando Agamben (2004, 12). Também o discurso de crise se tornou num discurso normativo e de legitimação da governação durante essa exceção cada vez menos excepcional. As crises são assim uma continuação da política por outros meios, e o discurso de crise uma das suas armas. Como Lawrence escreve:

As crises são surpreendentemente corriqueiras na arena política da UE. Ao invés de ser uma política fora do comum, as crises são, em certo sentido, a política do costume. Embora os eventos que compõem uma determinada crise possam ser mais ou menos excepcionais na sua amplitude, âmbito e potencial disruptivo, o discurso da crise aparece como parte do status quo do governo da UE – e, de facto, do governo contemporâneo em geral. (Lawrence, 2014, 194)

O que faz da crise financeira uma crise tão importante na Europa? Em primeiro lugar, a sua própria delimitação. A crise assumiu várias faces, consoante a dimensão mais expressiva do momento: uma crise “(macro)económica”, “financeira”, “bancária”, “fiscal”, “monetária”, “da zona euro”, “das dívidas (soberanas)”, bem como se perpetuou, criando uma crise de governação, uma crise institucional, uma crise política e social. Foi, por outras palavras, uma crise existencial (Menéndez, 2013) que conjugou várias crises numa só. Não pretendendo neste capítulo fazer uma análise das diferentes dimensões e géneses da crise, é importante reter esta multiplicidade pois ela é refletida nas diferentes narrativas sobre a crise. Como diz Schmidt:

A crise da dívida soberana na UE decorre não apenas da economia, incluindo a volatilidade dos mercados financeiros em resposta às

percepções de altos déficits dos países, dívidas excessivas, declínio do crescimento e perda de competitividade. Também é resultado da política da crise, em particular no que diz respeito às ideias dos líderes da UE sobre a crise e como eles as comunicaram (ou não) aos públicos nacionais e aos atores financeiros (Schmidt, 2014, 245).

O que tornou a crise financeira numa crise existencial não se deve apenas a diferentes gêneses e diagnósticos derivados da multiplicidade de expressões da crise, ou da incapacidade institucional e desequilíbrios estruturais na arquitetura do projeto europeu, mas também às próprias narrativas sobre a crise, não raras vezes antagônicas ou mutuamente excludentes. Esta secção irá olhar para as narrativas sobre a crise (quem conta a crise, o que conta sobre ela e de que forma a conta) focando nos seus lugares de fala enquanto espaço constitutivo dos conflitos discursivos. É nesses lugares de fala e a partir desses conflitos discursivos que se produzem, legitimam e cristalizam saberes e conhecimentos e se atribui a credibilidade e por fim a autoridade a variados atores discursivos. Por outras palavras, as narrativas (e as ideias que as enquadram) têm uma genealogia e um processo histórico que se releva e revela ainda mais num momento de crise. As narrativas são, por um lado, formas de enquadrar trajetórias – acontecimentos numa linha temporal – e, por outro lado, são produtos reificados: as narrativas (seja pelo seu modo de enquadramento, seja pelo recurso a fragmentos desse enquadramento) circulam e recontextualizam-se - ou seja, seguem trajetórias, transportando consigo as marcas de inscrição noutra tempo e espaço.

Há aqui, portanto, duas dinâmicas a sublinhar da (co-)constituição de narrativas em disputa. Primeiro, as narrativas enquadram e organizam o evento, a temática ou os sujeitos (individuais ou coletivos) de formas distintas, criando tensão entre esses distintos enquadramentos. Segundo, as próprias narrativas, como produtos reificados de diferentes trajetórias históricas, respondem à expressão

hegemónica nacional do processo de integração por cada país, seu posicionamento, que se situam em redes e geografias simbólicas complexas. E logo, permeáveis a diferentes expressões de crise. Daí que foi possível assistir a um conjunto de narrativas em disputa, com o seu grau de porosidade face às mesmas disputas: além da genealogia, da trajetória biográfica, do processo histórico de certas ideias, as narrativas assentam em diferentes trajetos históricos e expressões hegemónicas nacionais sobre o processo de integração europeu e o posicionamento de cada país nesse processo. Mais ainda, essas narrativas também são permeáveis às diferentes expressões da crise (tanto de âmbito, dimensão, outras geografias narrativas) que circulam e se fazem sentir num dado momento. Ou seja, tal como já mencionado no início deste texto, as narrativas sobre a UE e a crise não surgem espontaneamente, antes ancoradas numa trajetória histórica, e produto de diferentes interesses, geografias e identidades (passadas, presentes e futuras). É na compreensão de que narrativas são essas, como refletem trajetórias e horizontes políticos distintos, e como apontam para a extrema porosidade da relação entre nacional e internacional em termos de génese e de impacto, que esta secção se debruça daqui em diante.

O melhor exemplo de trajetórias das narrativas na crise talvez venha da própria UE. A 1 de outubro de 2008, numa curta conferência de imprensa em Bruxelas, o então Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, demonstra, de forma clara, o enquadramento e a natureza da crise (i.e., financeira, dos mercados), assim como a resposta da UE à crise (particularmente através do BCE), em articulação com os que identifica serem os principais prejudicados (i.e., bancos, mercados, empresas, e a própria arquitetura europeia):

A crise financeira é realmente uma situação muito grave. Exige um grande esforço de todos os lados. A Europa está a assumir as suas responsabilidades. Há trabalho a ser feito a curto prazo – e há

trabalho a ser feito a médio e longo prazo. Devemos, em primeiro lugar, dar resposta às urgências e de seguida assegurar o futuro das nossas estruturas. As autoridades de supervisão, os Estados Membros, os bancos centrais e especialmente o Banco Central Europeu, a Presidência do Conselho e a Comissão Europeia: todos trabalhamos em conjunto e as intervenções adequadas estão a ser realizadas onde as empresas estão em dificuldade. (...) Permitam-me que preste homenagem à dedicação, à seriedade e ao sentido de bem comum de todos os envolvidos. Gostaria de salientar o papel fundamental desempenhado pelo Banco Central Europeu. Ele faz um excelente trabalho, garantindo a liquidez dos mercados. O euro é um fator de estabilidade, um verdadeiro trunfo europeu nestes tempos difíceis. Mas o desafio não é apenas injetar liquidez nos mercados. Também precisamos de injetar credibilidade nos mercados – em termos de governança europeia e global do sistema financeiro. No que diz respeito à contribuição da Comissão, temos estado em contacto estreito com os nossos parceiros e intervenientes no mercado. (...) Portanto, é justo dizer que o trabalho realizado desde o início da crise, e mais particularmente nos últimos dias, mostra que o nosso sistema pode dar conta. O sistema financeiro europeu tem capacidade de resposta. Podemos ter confiança nele. (Barroso, 2008, 2)

Ainda em 2008, a Comissão Europeia lança em novembro o Plano de Relançamento da Economia Europeia (ou EERP), adotado pelo Conselho Europeu no mês seguinte. O Plano contempla, entre outros, “uma importante injeção de poder de compra na economia destinada a fomentar a procura e a estimular a confiança” propondo ainda temporariamente “que os Estados-Membros e a UE acordem com urgência num estímulo orçamental imediato até 200 mil milhões de euros (1,5% do PIB), a fim de fomentar a procura, no pleno respeito do Pacto de Estabilidade e Crescimento” (Comissão Europeia, 2008).

A reversão deste plano começa oficialmente a ser discutida pouco tempo depois, tal como a própria Comissão Europeia reconhece,

A 20 de outubro de 2009 os Ministros concordaram em reunião informal do Ecofin em Gotemburgo sobre a necessidade de uma abordagem coordenada e abrangente das estratégias de saída, incluindo medidas para reconstruir um setor financeiro estável e viável, garantir a sustentabilidade fiscal e aumentar o potencial de produção. Quanto à estratégia de saída orçamental, foi acordado que era necessária uma consolidação orçamental substancial para além da retirada das medidas de estímulo do Programa de Recuperação Económica Europeia, a fim de travar e, eventualmente, reverter o aumento da dívida e restaurar posições orçamentais sólidas. (Comissão Europeia, 2010)

Como referem Gonzáles e Figueiredo (2014, 308), “esta foi uma mudança repentina de orientação política da UE. Portugal seguiu rigorosamente a orientação inicial para um estímulo orçamental, o que explica em parte o aumento da despesa pública entre 2008 e 2010”. De acordo com a mudança de política da UE de estímulo para consolidação fiscal, e perante a evolução da crise financeira ou bancária para uma crise das dívidas soberanas e da zona euro, o Conselho Europeu decide, em maio de 2010, pela criação (temporária) de um Mecanismo Europeu de Estabilização Europeia (EFSF). Em 28 e 29 de outubro do mesmo ano, o Conselho Europeu toma “a decisão política” (Conselho Europeu, s.d.) de criação do Mecanismo Europeu de Estabilidade (ESM), uma agência permanente que substituirá formalmente o EFSF a partir de 2012.

Os anos seguintes a 2010 são marcados pela aplicação de medidas que levam a *troika* a países como Portugal ou Grécia e à disputa entre narrativas de saída da crise (ex. de austeridade vs. de crescimento), assim como de narrativas da génese da crise.

Embora tendo origem nos Estados Unidos na crise do *sub-prime* de 2007-08, o(s) impacto(s) que esta teve na Europa foi acompanhado também por diversas narrativas de gênese (e de culpabilização) da crise: as que descrevem o Norte “frugal” e o Sul “esbanjador”; as que imputam as imparidades como imanentes dos desequilíbrios da arquitetura europeia (por ex. a união económica monetária e o euro em particular), centrada numa hipotética aspiração da Alemanha em concretizar um projeto de poder – o de impor a sua vontade na Europa por via diplomática –, invocando com frequência as suas tentativas falhadas em alcançá-lo por via militar no século XX.

Vários autores já sintetizaram algumas das narrativas principais, mas não é demais lembrar que as histórias diferentes sobre a crise dependem dos atores envolvidos. Tal é o caso da crise financeira, onde políticos, tecnocratas e banqueiros narraram histórias contrastantes sobre porque a crise ocorreu (Froud et al., 2012 apud Schmidt, 2013), tendo essas narrativas moldado e enquadrado uma visão não só sobre crise, mas também, e conseqüentemente, sobre como agir sobre ela. Schmidt (2013) releva o papel central da memória coletiva nas posições e narrativas adotadas por vários países: de como, por exemplo, a hiperinflação de 1923 esteve sempre presente nas narrativas ordo-liberais por líderes alemães na resposta à crise (ao contrário da depressão de 1931); ou de como a ênfase dada à governança económica e à solidariedade pela França emanava da sua própria visão de liderança no projeto europeu (Schmidt, 2013). Ou ainda, na Grécia, a narrativa da hipocrisia alemã – que, em plena União Europeia, recusava o perdão de dívida que lhe havia sido concedido em 1953, assim permitindo consolidar-se e afirmar-se no continente europeu (Cotterill, 2015), enquanto políticos alemães falavam na obrigação moral de um país insolvente poder vender território soberano, desde as ilhas no mar Egeu à Acrópole e ao Parténon (Inman e Smith, 2010).

Este fenómeno da introdução de moralidade em narrativas de crise é particularmente comum, mas a evolução e os diferentes rostos da crise permitiram uma “mudança de ênfase” nas narrativas, o que permitiu homogeneizar representações sobre povos, nações e culturas: ao culpabilizá-los como preguiçosos ou gananciosos de um lado, frugais e austeros do outro, tornou-se cada vez mais difícil adotar uma estratégia consensual de saída da crise, dado que as narrativas dominantes tinham tendência para se excluir mutuamente<sup>93</sup>. Como realça Howcroft,

O facto de a crise financeira ter sido transferida para as pessoas dos países em crise (e os desempregados) que agora são retratados como responsáveis pessoais pela crise é uma mudança de ênfase interessante. No entanto, isso deve ser um alívio para os bancos que inicialmente estavam recebendo muitas críticas pelas suas atividades que levaram à crise financeira em primeiro lugar devido aos seus imprudentes empréstimos de habitação e outros esquemas para vender dívida (Howcroft, 2012, 301)

Nas celebrações de 2013 do Dia da Europa em Florença, Barroso congratula-se pelo facto de a sua escolha política ser amplamente partilhada, uma vez que o consenso entre os diferentes atores (Estados Membros, instituições europeias, partidos políticos e parceiros sociais) é crucial. Esta escolha política recusava a dicotomia entre os termos ‘austeridade’ versus ‘crescimento’ e reenquadrava essa oposição entre “estímulos de curto prazo insustentáveis que

---

<sup>93</sup> Um exemplo disso mesmo são as declarações de Dijsselbloem em 2017. O então ministro das Finanças dos Países Baixos e Presidente do Eurogrupo foi entrevistado pelo jornal alemão *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, onde afirmou “Durante a crise do euro, os países do Norte demonstraram solidariedade para com os países afetados pela crise. Como um social-democrata, atribuo uma importância excepcional à solidariedade. Mas também há obrigações. Não podem gastar o dinheiro em bebida e mulheres e depois vir pedir ajuda” (Khan e McClean, 2017).

levarão a um relançamento inconsequente do crescimento” *versus* “reformas de longo prazo sustentáveis”.

Segundo alguns (...) discursos, a Europa e o Euro são a causa do problema. Sejam os intelectualmente honestos e não poupemos esforços para explicar repetidamente que, embora conhecida como a ‘crise do euro’, esta não é uma crise do próprio euro. O euro continua a ser uma moeda credível, estável e forte. Esta é uma crise económica e financeira em países individuais que tem impacto no resto da área do euro. E a crise financeira também não foi específica do euro, pois afetou países da zona do euro e fora dela, dentro e fora da União Europeia, como mostra claramente o caso da Islândia. Esta crise resultou da combinação da irresponsabilidade de uma parte significativa do setor financeiro com o agravamento insustentável da dívida pública e a falta de competitividade estrutural em alguns Estados Membros. A união monetária absorveu alguns dos choques – como se pretendia – mas foi ela própria severamente abalada como resultado. É, pois, adequado dizer que, embora não se trate de uma crise da zona euro enquanto tal e certamente não tenha sido criada pela União Europeia, colocou desafios muito específicos – económicos, mas também institucionais e políticos – à zona euro e implicitamente à nossa União Europeia. (Barroso, 2013, 3-4)

De outra perspetiva sobre a mesma realidade, e durante a sua estadia no Ministério das Finanças da Grécia, após a sua saída na sequência do referendo de 2015, Yanis Varoufakis manifestou diversas vezes a sua oposição ao poder antidemocrático e à falta de transparência do Eurogrupo, dizendo que:

A Zona Euro é a maior e mais importante macroeconomia do mundo. E, no entanto, essa gigantesca macroeconomia

apresenta apenas uma instituição com personalidade jurídica: o Banco Central Europeu, cuja carta especifica quais são os poderes da instituição sediada em Frankfurt na busca de um único objetivo: a estabilidade de preços. O que levanta uma outra questão: “E os objetivos económicos, além da estabilidade de preços, como desenvolvimento, investimento, desemprego, pobreza, desequilíbrios internos, comércio, produtividade? Qual órgão da UE decide as políticas da zona do euro sobre isso?” A maioria das pessoas acredita que a resposta é: o Eurogrupo. Com efeito, é no Eurogrupo que são tomadas as decisões cruciais de que dependem o presente e o futuro da Europa. Exceto que o Eurogrupo não existe na lei europeia! Sem regras escritas ou processo legal, o Eurogrupo toma decisões importantes que são posteriormente carimbadas, sem qualquer debate sério, no Conselho de Assuntos Económicos e Financeiros da UE (Ecofin). A falta de regras escritas ou procedimentos legais não é o único problema. Há dois outros problemas que os europeus deveriam conhecer. Uma é que a troika dominou o Eurogrupo e impõe um processo de tomada de decisão em que os ministros das finanças são castrados, forçados a tomar decisões com base em informações quase nulas. A outra é a ultrajante opacidade dos procedimentos do Eurogrupo. (Varoufakis, 2016)

Enquanto Varoufakis vê o Eurogrupo nesta perspectiva crítica, o discurso oficial da União Europeia, não negando diretamente os seus contornos, apresenta-os como um dado adquirido positivo, escolhendo expressões vocabulares conotadas com a autoridade formal e institucional. Numa página online oficial sobre a assistência financeira aos Estados Membros da zona euro, o Conselho Europeu afirma que o Eurogrupo “dá o aval político às decisões relativas à concessão de assistência financeira a um Estado-Membro da área do euro e às condições em que essa assistência será prestada”;

“aos memorandos de entendimento”, e “às decisões relativas ao pagamento das parcelas da assistência financeira após a revisão dos progressos alcançados na execução de um programa”; relativamente à crítica da natureza antidemocrática, “o Eurogrupo atua depois de concluídos os processos de aprovação nos Estados Membros da área do euro”, processos esses que “podem envolver a consulta ou a aprovação dos parlamentos nacionais”. Já para o Conselho é reservado o papel de “aprova[r] formalmente as condições de concessão da assistência financeira a fim de garantir a coerência com o processo de coordenação das políticas económicas da UE” (Conselho Europeu, s.d.).

Se nas celebrações do Dia da Europa em 2013 em Florença, Barroso se congratulava da sua visão e da ampla difusão do seu enquadramento, já nas celebrações no ano seguinte em Berlim, Barroso apresenta o que considera dever ser a essência do projeto europeu a partir da crise:

Agora, a terceira fase é principalmente – ou deveria ser principalmente – sobre o poder e a influência necessários para salvaguardar a paz e a prosperidade da Europa nas condições da globalização. A crise económica e financeira mostrou, em particular, que a melhoria da governação da Zona Euro era indispensável para a sustentabilidade a longo prazo de uma moeda única. Outras medidas institucionais de natureza mais política podem tornar-se indispensáveis. O desafio é, obviamente, como fazê-los de forma a manter a integridade do mercado interno e da nossa União no seu conjunto. Uma cooperação reforçada a múltiplas velocidades na Europa pode tornar-se uma necessidade. Mas uma Europa de múltiplas classes foi - e deve sempre ser - evitada a todo o custo. Então: flexibilidade, sim, estratificação, não (Barroso, 2014).

Agora que a sua narrativa e enquadramento da crise se tornaram senso comum, Barroso passa a apresentar uma visão para o futuro assente na “salvaguarda da paz e prosperidade”, na “integridade do mercado interno” e da própria União. A intervenção de Barroso assenta num duplipensar: a crise apresenta-se simultaneamente, particularmente em alguns países, como virulenta ou mesmo feroz, mas ela é discursivamente rerepresentada no passado<sup>94</sup>; Barroso caracteriza o reforço da arquitetura europeia (em particular da governação da Zona Euro) como sendo “indispensável” e afirma a possível necessidade de mais reformas institucionais, mas não reconhece responsabilidades, nem nas fragilidades institucionais no agudizar da crise, nem nas respostas dadas por estas instituições na gestão da mesma. Se em 2013 Barroso afirmava que a “crise resultou da combinação da irresponsabilidade de uma parte significativa do setor financeiro com o agravamento insustentável da dívida pública e a falta de competitividade estrutural em alguns Estados-Membros”, não é de somenos que, nalguns casos, como o de Portugal, o agravamento da dívida se deveu, não a um despesismo inato a países do Sul da Europa e que incluísse Portugal, mas precisamente por seguir as recomendações e orientações da própria UE: a dívida pública portuguesa consolidada em percentagem do PIB atinge os 60% em 2002 (ano da introdução da moeda única) e vai subindo lenta mas consistentemente até aos 72.5% em 2007<sup>95</sup>; porém, é a partir de 2008 – o ano em que é lançado o EERP – que

---

<sup>94</sup> Em 2013 Barroso já tinha proclamado algo parecido com o intuito de criar um laço de credibilidade e confiança e, por conseguinte, de centralidade e autoridade no seu discurso e visão: “Apesar de ainda não termos superado todas as dificuldades, a ameaça existencial ao Euro está hoje ultrapassada” (Barroso, 2013, 4).

<sup>95</sup> Algo que também é frequentemente invocado pelos que imputam uma responsabilidade na arquitetura europeia e em particular da união monetária no fomento de desequilíbrios e assimetrias regionais na Zona Euro, levando a que por defeito certos países fossem deficitários e que a facilitação do endividamento foi a solução encontrada.

a dívida pública portuguesa acelera (75.6% em 2008) e dispara em 2009 e 2010 – 87.8% em 2009, 100.2% em 2010 (Pordata, 2022), entre três Programas de Estabilidade e Crescimento (PEC) e até à rejeição parlamentar do quarto PEC em 2011, o que provocou uma crise de financiamento, eleições antecipadas e um pedido de resgate que desembocou no memorandum de entendimento com a Troika.

O caso português é paradigmático, não só do poder das narrativas e dos imaginários hegemónicos sobre o processo de integração – e de como estes influenciam a maneira de diversos atores olharem para a crise – mas também da existência de porosidade das narrativas externas no discurso interno. Na década entre o fim da Guerra Fria e do novo século, Boaventura Sousa Santos (1994) falava de como a “imaginação do centro” era uma das principais funções do Estado português desde a adesão de Portugal à então CEE em 1986. Em 2002, o autor revisita o conceito num artigo para a Revista Visão, onde afirma que

Tal função consiste em formular os problemas da sociedade portuguesa como sendo os problemas próprios das sociedades desenvolvidas que connosco partilham a UE. Tendo sido o Estado português o grande protagonista da nossa integração na UE, é também ele o principal sujeito do discurso da imaginação do centro. Este discurso produz um duplo efeito de ocultação. Por um lado, oculta o facto de que a sociedade portuguesa é uma sociedade de desenvolvimento intermédio e que, como tal, tem problemas próprios muito diferentes daqueles que enfrentam países como a Alemanha, a França ou a Suécia. Por outro lado, dada esta realidade, a imaginação do centro é um discurso que não tem tradução adequada na prática real da governação. Daí a discrepância muito acentuada entre o país oficial retratado pela imaginação do centro e o país não oficial que vive na pele a distância entre essa imaginação e a vida real de todos os dias. (Santos, 2022)

No mesmo sentido segue a análise de Joaquim Aguiar sobre as quatro narrativas fundacionais do regime democrático português, sendo a última destas a que Aguiar apelida de narrativa “estratégica integracionista”, como “aquela que fazia da UE a oportunidade de modernização de Portugal como se fosse o caminho simétrico da expansão marítima” (Aguiar, 2005). No espaço mediático português, a UE é frequentemente retratada como um projeto político que proporciona segurança, coesão social, capacidade económica, prosperidade, solidariedade, responsabilidade e retidão. No que diz respeito à posição de Portugal na UE, os discursos positivos são os mais proeminentes: Portugal está bem integrado na UE (mesmo que de tempos a tempos se conceda que Portugal não se consiga aproximar do desenvolvimento de outros países), a integração no mercado comum e na moeda única são consideradas como boas oportunidades para o desenvolvimento económico do país e as políticas fiscais da UE ajudam Portugal a gerir a economia portuguesa de forma responsável.<sup>96</sup> A crise está associada a um “surto de euroceticismo ligado às condições estritas do pacote de resgate de Portugal de 2011” (Dennison e Franco, 2019); embora tenha diminuído a partir de 2015 e a integração tenha recuperado algum apoio, é de relevar que, segundo Magalhães (2017, 222), se registou também uma diminuição do apoio instrumental à UE, atingindo os níveis mais baixos desde a adesão.

## Conclusão

Este capítulo analisou o papel das narrativas na construção discursiva do ator – a UE, centrando o nosso olhar sobretudo nas narrativas

---

<sup>96</sup> Esta referência ao espaço mediático português baseia-se na investigação em curso no âmbito do projeto “MEDIATIZED EU - Mediatized Discourses on Europeanization and Their Representations in Public Perceptions”, com o envolvimento de Maria Raquel Freire, Sofia José Santos, Moara Crivelente e Luiza Bezerra, Centro de Estudos Sociais, financiado pelo programa H2020, Comissão Europeia.

construídas ao nível da União, sobre o modo como estas implicam nas estratégias e ação política da mesma em matéria securitária e no contexto da crise financeira. Entendendo que narrativas não são só formas de enquadrar trajetórias, mas também instrumentos que agem na construção de realidades políticas, identificamos pontos de convergência e desalinhamentos, narrativas dominantes e o modo como estas procuram legitimar determinadas decisões e opções. Apresentamos neste capítulo, e de forma muito parcial, algumas dinâmicas temáticas da subjetivação: face ao tema da segurança e dos discursos sobre a crise financeira, os textos, para além de marcarem os momentos e lugares da sua produção, apontam, através de escolhas vocabulares e outras estratégias discursivas de reconhecimento ou legitimação, para as dinâmicas fluidas de modelação e posicionamento do ator social UE e as suas possibilidades de ação nos contextos históricos e políticos concretos. A recontextualização das narrativas torna-se, assim, muito evidente na nossa análise.

A consolidação da narrativa de segurança marca a trajetória da UE, recorrendo a uma lógica simultaneamente valorativa e material, sublinhando a relevância dos contextos, e, no trabalho discursivo sobre a segurança, apontando para uma postura algo reativa. A ambivalência associada aos princípios normativos que constituem a própria essência da UE face a uma abordagem pragmática exigida no encontro entre dinâmicas internas e internacionais, traduz-se, por exemplo, nas escolhas das expressões “pragmatismo de princípios” ou mesmo na palavra “resiliência”. Os documentos estratégicos na área da segurança servem de guia e têm como objetivo legitimar opções e ações nesta matéria, assim moldando a narrativa, seja face aos espaços - doméstico e internacional -, seja no tempo - refletindo a própria evolução institucional da UE. A guerra na Ucrânia veio claramente adicionar, não só severidade ao discurso, como também traduzir uma expressão de maior coesão na UE na leitura de ameaças e na forma de lhes dar resposta. A recontextualização da narrativa é particularmente ilustrativa na “Bússola Estratégica”, em que a

Rússia passa a ser identificada como a maior ameaça à segurança europeia. No caso da crise financeira, perante o reconhecimento, tanto pelos seus críticos como proponentes, de que o processo político de decisão estava sobretudo centrado no Eurogrupo – e dada a sua reconhecida informalidade e pouca transparência – foi importante analisar primeiro os discursos da Comissão como uma narrativa dominante. Não se deixaram de fora, porém, as narrativas que circulavam no espaço europeu, tendo de seguida realçado como algumas narrativas mais dominantes em espaços nacionais ou regionais foram modeladas e influenciadas, não só pelo seu local de enunciação, como também pelas suas memórias coletivas, assim como pela porosidade interdiscursiva e ideológica entre diversas escalas – por exemplo nacional e internacional – de ação.

Fica assim claro que a trajetória da UE se apreende também da análise das narrativas que a informam, e que nos casos aqui em estudo claramente demonstram como estas são moduladas e modulares em termos contextuais, temporais e sempre face às suas diversas audiências. As narrativas dominantes e as narrativas ausentes são também identificadas, e entendidas, como fundamentais na forma como a história é recontextualizada e como implicam nas leituras e perceções do ator UE. Uma história que continua a ser construída, contada e des-contada.

## **Referências Bibliográficas**

- Abbott, H.P. 2002. *The Cambridge Introduction to Narrative*. Londres: Cambridge University Press.
- Agamben, G. 2004. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Aguiar, J. 2005. O Silêncio de Guterres. *Revista Atlântico*, Lisboa, 29/05/2005. Apud Neves, J.M.L.P. 2015. Portugal no seu imaginário. Do passado ao futuro. Uma visão de cidadão e marinheiro. *Revista Militar*, agosto/setembro.
- Bailes, A.J.K. 2005. *The European Security Strategy. An Evolutionary History*. SIPRI Policy Paper No. 10. Stockholm International Peace Research Institute.
- Barroso, J.M.Du. 2008. Remarks of President Barroso on financial crisis. Speech/08/479, Press Conference, Brussels. 1 outubro.

- Barroso, J.M.D. 2013. Speech by President Barroso at the State of the Union conference: Restoring confidence. Speech/13/397, State of the Union Conference, Florence. 9 maio.
- Barroso, J.M.D. 2014. Considerations on the present and the future of the European Union. Speech at Humboldt University. Berlin. 8 maio.
- Barthes, R. 1975. An introduction to the structural analysis of narrative. *New Literary History*, 6 (2), 237-277.
- Beck, U. 1992. *Risk Society: Towards a New Modernity*. London, Newbury Park, Calif.: Sage Publications.
- Blockmans, S.; Crosson, D.M.; Paikin, Z. 2022. The EU's Strategic Compass A guide to reverse strategic shrinkage? CEPS Policy Insights No 2022-14. Disponível em: <https://www.ceps.eu/ceps-publications/the-eus-strategic-compass/> [21.04.2022].
- Bússola Estratégica. 2022. Bússola Estratégica para a Segurança e a Defesa. Conselho da União Europeia. Bruxelas, (OR. en) 7371/22. Disponível em: <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-7371-2022-INIT/pt/pdf> [21.04.2022].
- Comissão Europeia. 2010. Public finances in EMU – 2010. Directorate-General for Economic and Financial Affairs. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2765/36026> [21.04.2022].
- Conselho Europeu. s.d. Assistência financeira aos Estados-Membros da área do euro. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/financial-assistance-eurozone-members/> [21.04.2022].
- Cotterill, J. 2015. Let's talk about... the 1953 London Agreement on German External Debts. *Financial Times*, 8 julho. Disponível em: <https://www.ft.com/content/c7bf8d73-8293-3aad-8f4e-9d3bbb49972e> [21.04.2022].
- De Fina, A. & Johnstone, B. 2015. Discourse Analysis and Narrative. In D. Tannen, H. E. Hamilton & D. Schiffrin (orgs.) *The Handbook of Discourse Analysis* (152-167). Londres: Wiley-Blackwell.
- Dennison, S. & Franco, L. 2019. The instinctive multilateralist: Portugal and the politics of cooperation. ECFR Policy brief. Disponível em: [https://ecfr.eu/publication/instinctive\\_multilateralist\\_portugal\\_politics\\_cooperation/](https://ecfr.eu/publication/instinctive_multilateralist_portugal_politics_cooperation/) [21.04.2022].
- Diez, T. 2013. Normative power as hegemony. *Cooperation and Conflict*, 48 (2), 194-210.
- DN. 2019. Macron: “Estamos a assistir à morte cerebral da NATO”. *Diário de Notícias*, 7 novembro.
- EES. 2003. Estratégia Europeia em Matéria de Segurança. Uma Europa Segura num Mundo Melhor. Conselho da União Europeia. Bruxelas. Disponível em: [file:///C:/Users/Raquel%20Freire/Downloads/gp\\_eudor\\_WEB\\_QC7809568PTC\\_002.pdf](file:///C:/Users/Raquel%20Freire/Downloads/gp_eudor_WEB_QC7809568PTC_002.pdf).pt.pdf [21.04.2022].
- Estratégia Global. 2016. Conclusões do Conselho sobre a execução da Estratégia Global da UE no domínio da Segurança e da Defesa. Conselho da União Europeia. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2016/11/14/conclusions-eu-global-strategy-security-defence/> [21.04.2022].
- Förchtner, B. 2021a. Introducing Narrative in Critical Discourse Studies. *Critical Discourse Studies*, 18 (3), 304-313.

- Förchtner, B. 2021b. Critique, Habermas and narrative (genre): the discourse-historical approach in critical discourse studies. *Critical Discourse Studies*, 18 (3), 314-331.
- Freire, M.R. 2020. EU and Russia competing projects in the neighbourhood: an ontological security approach. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 63 (1). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7329202000113> [21.04.2022].
- Froud, J.; Nilsson, A.; Moran, M.; and Williams, K. 2012. Stories and interests in finance: Agendas of governance before and after the financial crisis. *Governance*, 25 (1), 35-59.
- González, E.; Figueiredo, A. 2015. The European Social Model in a Context of Crisis and Austerity in Portugal. In D. Vaughan-Whitehead (org.) *The European Social Model in Crisis. Is Europe Losing Its Soul?* (291-340). Cheltenham: Edward Elgar Publishing.
- Howcroft, S. 2012. The Discourse of the European Financial Crisis from Different Perspectives. *RUA-L. Revista da Universidade de Aveiro*, 1 (II. série), 299-319.
- Inman, P.; Smith, H. 2010. Greece should sell islands to keep bankruptcy at bay, say German MPs. *The Guardian*, 4 março.
- Khan, M.; McClean, P. 2017. Dijsselbloem under fire after saying eurozone countries wasted money on “alcohol and women”. *Financial Times*, 21 março. Disponível em: <https://www.ft.com/content/2498740e-b911-3dbf-942d-ecce511a351e> [21.04.2022].
- Koenig, N. 2022. Putin’s War and the Strategic Compass. A Quantum Leap for the EU’s Security and Defence Policy? Policy brief. Hertie School Jacques Delors Centre, 29 abril. Disponível em: <https://www.delorscentre.eu/en/publications/detail/publication/putins-war-and-the-strategic-compass-a-quantum-leap-for-the-eu-security-and-defence-policy>.
- Labov, W. & Waletzky, J. 1967. Narrative analysis: Oral version of personal experience. In J. Helm (org.) *Essays on the Verbal and Visual Arts* (67-96). Washington, D.C., E.U.A.: University of Washington Press.
- Magalhães, P. 2017. O apoio à integração europeia em Portugal: dimensões e tendências (203-222). In N.S. Teixeira & A.C. Pinto (orgs.) *A Europeização da Democracia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Mälksoo, M. 2016. From the ESS to the EU Global Strategy: external policy, internal purpose. *Contemporary Security Policy*, 37 (3), 374-388.
- Manners, I. 2002. Normative Power Europe: A Contradiction in Terms? *Journal of Common Market Studies*, 40 (2), 235-258.
- Manucci, L. 2021. Forty years of populism in the European Parliament. *População e Sociedade*, 35, 25-42.
- Menéndez, A.J. 2013. The Existential Crisis of the European Union. *German Law Journal*, 14 (5), 453-526.
- Parlamento Europeu. 2022. Rússia. Fichas Temáticas sobre a União Europeia. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/177/russia> [21.04.2022].
- Pordata. 2022. General Government: gross debt as % of GDP. Disponível em: <https://www.pordata.pt/en/Portugal/General+Government+gross+debt+as+percentage+of+GDP-2786> [21.04.2022].

- Reisigl, M. 2021. "Narrative!" I can't hear that anymore. A linguistic critique of an overstretched umbrella term in cultural and social science studies, discussed with the example of the discourse on climate change. *Critical Discourse Studies*, 18 (3), 368-386.
- Ricoeur, P. 1990. Life in quest of narrative. In D. Wood (org.), *On Paul Ricoeur: Narrative and Interpretation* (20-33). Londres: Routledge.
- Riessman, C.K. 2008. *Narrative Methods for the Human Sciences*. Londres: Sage.
- Santos, B.S. 1994. *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.
- Santos, B.S. 2002. O Fim da Imaginação do Centro. *Revista Visão*, 21 fevereiro. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/ces/opiniao/bss/041.php> [21.04.2022].
- Schmidt, V.A. 2013. Speaking to the Markets or to the People? A Discursive Institutional Analysis of the EU's Sovereign Debt Crisis. *The British Journal of Politics and International Relations*, 16 (1), 188-209.
- Schmidt, V.A. 2014. EU Leader's Ideas and Discourses in the Eurozone Crisis: A discursive institutionalist analysis. In C. Carta & J.-F. Morin (org.) *EU Foreign Policy through the Lens of Discourse Analysis: Making Sense of Diversity*. Farnham: Ashgate.
- Schumacher, T. 2015. Uncertainty at the EU's borders: narratives of EU external relations in the revised European Neighbourhood Policy towards the Southern Borderlands. *European Security*, 24 (3), 381-401.
- Shenhav, S.R. 2006. Political Narratives and Political Reality. *International Political Science Review*, 27 (3), 245-262.
- Solana, J. 2009. Remarks by Javier Solana, EU High Representative for the Common Foreign and Security Policy, Council of the European Union, Bruxelas, 28 julho.
- Thygesen, N. 2016. Why Did Europe Decide to Move to a Single Currency 25 Years Ago? *Intereconomics*, 51 (1) 11-16.
- Toolan, M. 2001. *Narrative: A Critical Linguistic Introduction*. 2nd edition. London/ New York: Routledge.
- Varoufakis, Y. 2016. The Eurogroup Made Simple. *DiEM25*, 29 março. Disponível em: <https://diem25.org/the-eurogroup-made-simple/> [21.04.2022].
- van Leeuwen, T. 2008. *Discourse and Practice: New Tools for Critical Analysis*. Oxford: Oxford University Press.
- van Leeuwen, T. 2007. Legitimation in discourse and communication. *Discourse & Communication*, 1 (1), 91-112.
- Witney, N. 2022. The EU's Strategic Compass: Brand new, already obsolete. Commentary. *European Council on Foreign Relations*. 31 março. Disponível em: <https://ecfr.eu/article/the-eus-strategic-compass-brand-new-already-obsolete/> [21.04.2022].
- Wodak, R. & Meyer, M. 2016. *Critical Discourse Studies: History, agenda, theory and methodology* (1-22). In R. Wodak & M. Meyer (orgs.) *Methods of Critical Discourse Studies*. Londres: Sage.